



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RORAIMA

INSTITUTO FEDERAL RORAIMA

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

PATRÍCIA SOCORRO DA COSTA CUNHA

**FRONTEIRAS QUE EDUCAM: EPT INTERCULTURAL PARA MIGRANTES
VENEZUELANOS EM BOA VISTA/RR**

Boa Vista/RR

2026

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

**FRONTEIRAS QUE EDUCAM: EPT INTERCULTURAL PARA MIGRANTES
VENEZUELANOS EM BOA VISTA/RR**

Trabalho de Conclusão de Curso. Relatório de
Formação apresentado ao Curso de Pós-graduação
lato sensu em Gestão na Educação Profissional e
Tecnológica, do Instituto Federal de Roraima.

Orientadora Prof^ª Me. Luzardina Miranda e Silva
Marinho

Boa Vista/RR

2026

FRONTEIRAS QUE EDUCAM: EPT INTERCULTURAL PARA MIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA/RR

Resumo: Este Relatório de Formação analisa as práticas de gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) voltadas à inclusão de jovens migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social em Boa Vista, Roraima. O estudo tem como objetivo geral investigar de que maneira a gestão da EPT pode incorporar princípios de uma educação humanitária para garantir o acesso, a permanência e a formação integral desse público. Os objetivos específicos incluem discutir os fundamentos da gestão democrática e emancipatória, identificar barreiras sociais e institucionais enfrentadas pelos migrantes e propor diretrizes de ação pedagógica intercultural. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, baseada na revisão crítica da literatura especializada em gestão educacional, estudos migratórios e legislação pertinente, como a Lei de Migração nº 13.445/2017. Os resultados indicam que a simples garantia legal de acesso não assegura a inclusão efetiva, sendo necessárias estratégias que superem barreiras linguísticas, digitais e xenófobas. Conclui-se que a implementação de uma gestão baseada na hospitalidade institucional, combinada com práticas pedagógicas interculturais, flexibilidade curricular e uso de recursos didáticos offline, é essencial para transformar a EPT em um espaço de emancipação. Propõe-se, portanto, um Plano de Ação intitulado "Programa de acolhimento intercultural e flexibilização curricular para estudantes migrantes (PAIC-Flex)", visando operacionalizar políticas de assistência estudantil, ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) e combate à discriminação, assegurando que a EPT cumpra seu papel de promoção da justiça social e da cidadania plena.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Migração Venezuelana; Gestão Democrática; Interculturalidade; Educação Humanitária.

SUMÁRIO

1.	Introdução	5
2.	Fundamentação Teórica	7
2.1.	Gestão na EPT: da administração à gestão democrática e emancipatória	7
2.2	Migração venezuelana: direito à educação, interculturalidade e vulnerabilidade social	8
3.	Metodologia	10
4.	Análise e interpretação dos dados	11
4.1	A migração venezuelana como fenômeno estrutural e humanitário	11
4.2	Barreiras linguísticas e a necessidade da mediação intercultural	12
4.3	Xenofobia, discriminação e o papel da escola na construção da cidadania	13
4.4	A EPT como espaço de emancipação e inserção social	14
4.5	Articulação entre as aprendizagens do curso e o objeto da pesquisa	15
5.	Conclusão	18
6.	Plano de ação	20
7.	Referências	23

1. Introdução

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no contexto brasileiro contemporâneo, assume um papel estratégico não apenas como formadora de mão de obra, mas como instrumento fundamental de inclusão social, cidadania e desenvolvimento humano integral. No entanto, ao analisar a realidade das instituições federais em regiões de fronteira, como é o caso de Roraima, emerge uma problemática complexa que exige da gestão educacional uma postura ética, política e pedagógica renovada. Este Relatório de Formação tem como objetivo apresentar a análise crítica de uma problemática real vivenciada na gestão da EPT: a necessidade de garantir acesso, permanência e êxito aos jovens migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social no estado de Roraima.

Mais de 70 mil venezuelanos vivem hoje em Roraima, dos quais cerca de 15 mil são crianças e adolescentes em idade escolar (ACNUR, 2024). Em Boa Vista, muitos desses jovens chegam às instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) após trajetórias marcadas por violência, interrupção escolar, exclusão digital e barreiras linguísticas. Diante desse cenário, a EPT se vê diante de um imperativo ético e pedagógico: deixar de ser um espaço de reprodução de desigualdades e tornar-se um território de acolhimento, pertencimento e formação humana integral.

A escolha desta temática não é aleatória, mas fruto de uma reflexão profunda durante o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica. A trajetória formativa permitiu compreender que a gestão na EPT não se resume à administração de recursos ou cumprimento de metas burocráticas, mas constitui-se, primordialmente, como uma gestão do pedagógico e do humano. Conforme discutido nas Unidades Temáticas do curso, a gestão democrática e emancipatória deve estar alinhada aos princípios da formação omnilateral e da politecnia, visando à superação da dualidade estrutural entre educação propedêutica e profissional. Nesse sentido, a questão ética da migração torna-se central: *como a instituição de EPT pode responder às demandas de um público que, além das barreiras linguísticas e culturais, enfrenta a exclusão social decorrente da falta de renda, documentação e perspectivas de futuro?*

O problema de pesquisa que norteia este estudo reside na constatação de que, embora os jovens migrantes venezuelanos concluam o Ensino Médio no Brasil, muitos permanecem em situação de exclusão social, sem acesso efetivo ao mercado de trabalho digno ou à continuidade dos estudos no nível superior. Eles estão presentes no território, mas frequentemente ausentes das políticas de pertencimento institucional. Essa lacuna gera um cenário onde a EPT, que deveria ser um ascensor social, corre o risco de reproduzir desigualdades se não adaptar suas

práticas de gestão e ensino às especificidades desse grupo. Portanto, a delimitação do problema foca na análise das políticas de acesso e permanência para migrantes venezuelanos em Roraima, sob a ótica da gestão humanitária e inclusiva na EPT.

Diante desse contexto, formula-se a seguinte pergunta de pesquisa: *de que maneira a gestão da Educação Profissional e Tecnológica em Roraima pode incorporar princípios de uma educação humanitária para garantir o acesso, a permanência e a formação integral dos jovens migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social?*

Para responder a essa indagação, estabelece-se como objetivo geral analisar as práticas de gestão na EPT voltadas à inclusão de migrantes venezuelanos em Roraima, propondo estratégias que assegurem uma formação técnica e humana capaz de romper com ciclos de marginalização social.

Desdobram-se deste objetivo geral os seguintes objetivos específicos: discutir os fundamentos teóricos da gestão democrática e emancipatória na EPT, destacando o trabalho como princípio educativo e a formação integral como direitos humanos; investigar a situação atual dos jovens migrantes venezuelanos em Roraima, identificando as barreiras sociais, econômicas e institucionais que limitam seu acesso à educação profissional e ao mercado de trabalho; propor diretrizes de gestão e ação pedagógica que integrem políticas de assistência estudantil, acolhimento intercultural e formação técnica, assegurando que a EPT cumpra seu papel de promoção da justiça social e da cidadania plena para esta população.

A justificativa para este estudo apoia-se na premissa de que a educação é um direito universal, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), e não um privilégio condicionado à nacionalidade ou condição documental. Como destacado pela orientadora, é imperativo focar em uma "educação humanitária" que atenda às pessoas em situação de vulnerabilidade. Os migrantes venezuelanos, ao chegarem a Roraima, encontram-se muitas vezes em condições precárias de subsistência. Sem oportunidades de qualificação profissional reconhecida e sem acesso ao ensino superior, esses jovens correm o risco de serem inseridos em trabalhos informais, exploratórios ou até mesmo em situações de marginalidade. A EPT, portanto, tem a responsabilidade ética e legal de abarcá-los por meio de políticas sociais efetivas, transformando a escola em um espaço de proteção social e projeção de futuro.

Como hipótese inicial, considera-se que a ausência de uma gestão escolar sensível às questões migratórias e a falta de articulação entre as dimensões administrativa, pedagógica e de assistência estudantil contribuem para a evasão e o insucesso acadêmico desses estudantes. Por outro lado, acredita-se que a implementação de uma gestão baseada nos princípios da

hospitalidade institucional, combinada com uma prática pedagógica intercultural e politécnica, pode transformar a EPT em um espaço efetivo de emancipação para os jovens venezuelanos, permitindo-lhes não apenas a inserção no mundo do trabalho, mas a construção de um projeto de vida digno no país de acolhimento.

Quanto à metodologia, este relatório caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e interpretativa. Embora sejam utilizadas leis e normativas (como a LDBEN, o PNE e resoluções do CNE) como fundamento teórico-normativo, a abordagem não se configura como pesquisa documental histórica, mas sim como uma revisão crítica da literatura especializada em Gestão da EPT e Estudos Migratórios. Foram analisados autores que discutem a gestão democrática (Paro, 2015; Lück, 2014), a formação humana integral (Saviani, 2009, 2011; Frigotto 1989, 2001) e a realidade migratória na fronteira norte do Brasil. Essa base teórica permite articular os conceitos de gestão educacional com a urgência social imposta pelo fluxo migratório venezuelano, oferecendo subsídios para a elaboração das propostas de intervenção apresentadas neste relatório.

Assim, este relatório estrutura-se em tópicos que dialogam entre a teoria da gestão na EPT e a realidade concreta dos migrantes em Roraima, culminando em um plano de ação que visa operacionalizar os princípios de uma educação verdadeiramente inclusiva e humanitária.

2. Fundamentação Teórica

A compreensão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como espaço de disputa de projetos societários exige uma análise crítica que articule a gestão escolar aos princípios da formação humana integral. Para tanto, esta seção fundamenta-se em dois eixos centrais: a Gestão democrática e emancipatória na EPT e a questão migratória venezuelana sob a ótica dos Direitos Humanos e da Interculturalidade.

2.1. Gestão na EPT: da administração à gestão democrática e emancipatória

A distinção entre "administração" e "gestão" é fundamental para compreender o papel político-pedagógico do gestor na EPT. Enquanto a administração tradicional tende a uma visão mecanicista, a gestão educacional deve ser compreendida como um processo de mediação humana. Segundo Heloísa Lück (2014, p. 58), administrar corresponde a “comandar e controlar, mediante uma visão objetiva de quem atua sobre a realidade, de maneira distanciada e objetiva”. Em contrapartida, a gestão supera essa fragmentação ao considerar o todo em relação às suas partes.

Nessa perspectiva, Vitor Henrique Paro (2015, p. 13) afirma que a atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender necessidades e interesses de pessoas e grupos. Para Paro (2008, p. 128), a educação deve ser gerida como mediação para a formação do homem histórico, onde “tanto quem educa quanto quem é educado precisa querer fazê-lo para que a relação se efetive como genuinamente pedagógica”. Isso implica que a gestão na EPT não pode ser neutra; ela deve estar comprometida com a transformação social.

A concepção de EPT emancipatória rompe com a lógica meramente tecnicista ou assistencialista. Sílvia Maria Manfredi (2016, p. 41) argumenta que existem perspectivas divergentes na EPT, destacando aquela que foca em uma “educação tecnológica – uma perspectiva de formação de trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos”, vinculando a formação técnica a uma sólida base científica. Essa abordagem integra a preparação para o trabalho à formação de nível médio, constituindo a EPT como “direito social” (Manfredi, 2016).

Para operacionalizar essa gestão democrática, instrumentos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) são essenciais. Ilma Veiga (1995) aponta que o PPP é a estruturação integral do trabalho pedagógico, partindo da instituição que se tem para a instituição que se quer. Veiga (2012) reforça que a construção do PPP exige um processo de “ação-reflexão-ação”, que supõe romper com o existente para avançar, sendo uma contínua reflexão sobre o cotidiano escolar.

Além disso, a dimensão política da gestão recupera a função social da escola. Pedro Demo (apud Veiga, 1995) relaciona a qualidade política à capacidade do sujeito de se construir e atuar na história. Assim, a gestão na EPT deve promover espaços onde os estudantes-trabalhadores sejam reconhecidos como produtores de conhecimentos, superando a dualidade histórica entre trabalho manual e intelectual. Como afirma Dermeval Saviani (2009, p. 159), a sociedade capitalista reproduz a divisão social do trabalho através de uma “proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e ‘escolas de ciências e humanidades’ para os futuros dirigentes”. A gestão emancipatória na EPT busca superar essa dualidade através do trabalho como princípio educativo.

2.2 Migração venezuelana: direito à educação, interculturalidade e vulnerabilidade social

O segundo eixo teórico aborda a situação dos migrantes venezuelanos em Roraima, situando-os não apenas como sujeitos econômicos, mas como sujeitos de direitos em situação de vulnerabilidade. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e sua qualificação

para o trabalho (Brasil, 1988, Art. 205). No entanto, para populações migrantes, esse direito é frequentemente negado por barreiras linguísticas, documentais e xenofobia.

A Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) representa um marco ao deslocar o foco da segurança nacional para a proteção dos direitos humanos do migrante. O Artigo 4º da lei garante aos estrangeiros residentes no Brasil o acesso universal e igualitário aos serviços públicos, incluindo a educação, independentemente de sua situação documental (Brasil, 2017). Contudo, a garantia legal não se traduz automaticamente em inclusão efetiva sem políticas de acolhimento e práticas pedagógicas interculturais.

Gaudêncio Frigotto (2001, p. 72) alerta para a necessidade de distinguir o projeto de educação profissional orientado pelos ditames do mercado daquele voltado à emancipação da classe trabalhadora. No caso dos jovens migrantes venezuelanos, que muitas vezes chegam após trajetórias marcadas por interrupção escolar e trauma, a EPT não pode ser apenas uma ferramenta de inserção rápida no mercado precário. Frigotto (2012, p. 265) defende uma formação omnilateral que leve em conta “todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico”.

A exclusão desses jovens do sistema educacional formal os coloca em risco de marginalização. Conforme destacado nos dados do ACNUR (2024), milhares de crianças e adolescentes venezuelanos estão em idade escolar em Roraima, enfrentando altos índices de evasão. A escola, portanto, deve assumir um papel de proteção social. Como afirmam Fischer e Franzoi (2009), o reconhecimento do estudante trabalhador, e, por extensão, do estudante migrante, como detentor de saberes e práticas cotidianas é central para superar dicotomias e promover uma formação que valorize sua identidade cultural.

A interculturalidade crítica, nesse contexto, não significa apenas tolerância, mas o diálogo horizontal entre saberes. Miguel Arroyo (2020, p. 771) provoca a reflexão sobre a gestão da educação como espaço de direitos, questionando: “Se pretendemos gestão da educação com justiça, começemos por perguntar-nos se estamos em tempos de um Estado de justiça ou de produção de vítimas, injustiçados”. Para os migrantes venezuelanos em Boa Vista, a EPT deve ser esse espaço de justiça, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência com êxito, através de currículos flexíveis, apoio psicossocial e reconhecimento de suas trajetórias de vida, evitando que a vulnerabilidade social se transforme em exclusão definitiva.

3. Metodologia

Para a elaboração deste Relatório de Formação, optou-se por uma abordagem metodológica que privilegia a reflexão crítica sobre a prática profissional, articulada à revisão bibliográfica sistemática. Conforme orienta Gil (2021), a pesquisa bibliográfica constitui-se como procedimento fundamental para o levantamento, seleção, análise e interpretação de materiais já publicados, permitindo ao pesquisador abranger uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. No contexto deste estudo, tal procedimento foi essencial para fundamentar teoricamente a problemática da inclusão de migrantes venezuelanos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Boa Vista/RR, sem a necessidade de coleta de dados empíricos primários, dado o caráter formativo e reflexivo do trabalho.

A natureza da pesquisa é qualitativa, pois, segundo Lakatos e Marconi (2017), este tipo de abordagem preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Neste sentido, buscou-se compreender os significados atribuídos às práticas pedagógicas e gestoras no acolhimento de estudantes migrantes, analisando como a legislação e as teorias da EPT emancipatória se materializam (ou não) no cotidiano escolar fronteiriço.

O procedimento técnico adotado foi o de pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2021, p. 43), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Para Severino (2016), essa modalidade de pesquisa permite a reconstituição de uma área, de um campo ou de um tema, através do estudo crítico de documentos, conferindo ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

As etapas metodológicas seguiram os seguintes passos, alinhados aos pressupostos de Lakatos e Marconi (2017):

a) Levantamento bibliográfico: realizou-se busca sistemática em bases de dados acadêmicos (SciELO, CAPES Periódicos, Google Acadêmico) e em legislações pertinentes (LDBEN, Lei de Migração nº 13.445/2017, Constituição Federal de 1988). Os descritores utilizados incluíram: "Educação Profissional e Tecnológica", "Migração Venezuelana", "Interculturalidade", "Gestão Democrática na EPT" e "Políticas de Permanência e Êxito".

b) Seleção e fichamento: foram selecionadas obras publicadas prioritariamente nos últimos 10 anos, sem desconsiderar autores clássicos da área da EPT (como Saviani, Frigotto, Ramos) e da gestão educacional. As leituras foram organizadas mediante fichamentos

analíticos, destacando conceitos-chave como "trabalho como princípio educativo", "formação humana integral" e "desafios da gestão intercultural".

c) Análise e interpretação: os dados coletados foram submetidos à análise crítica, confrontando as diretrizes normativas da EPT com a realidade descrita na literatura sobre o fluxo migratório em Roraima. Buscou-se identificar lacunas entre o prescrito (políticas públicas) e o vivido (práticas escolares), conforme sugerido pela perspectiva crítica de análise de políticas públicas discutida no curso.

É importante ressaltar que, embora este relatório seja fruto de uma trajetória formativa vivenciada em sala de aula, a opção pela metodologia exclusivamente bibliográfica justifica-se pela necessidade de sistematizar teoricamente as experiências observadas, oferecendo subsídios conceituais robustos para a compreensão da complexidade do atendimento a populações em situação de vulnerabilidade social e migratória. Dessa forma, o estudo não pretende generalizar resultados estatísticos, mas sim oferecer uma reflexão aprofundada sobre as possibilidades de uma gestão humanitária e inclusiva na EPT fronteiriça.

4. Análise e interpretação dos dados

A análise dos dados coletados nesta pesquisa, com base na leitura de doze trabalhos acadêmicos selecionados em dados acadêmicos (SciELO, CAPES Periódicos, Google Acadêmico), revela um cenário complexo que transcende a simples descrição estatística de matrículas. Ao confrontar as evidências empíricas sobre a presença de estudantes migrantes venezuelanos nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Boa Vista/RR com a literatura especializada, emerge a necessidade urgente de repensar a função social da escola. Os dados indicam que a inserção desses sujeitos não é apenas um desafio logístico ou linguístico, mas uma questão ética e política que interpela a gestão escolar a assumir uma postura de acolhimento ativo e construção de cidadania.

4.1 A migração venezuelana como fenômeno estrutural e humanitário

Os dados demográficos e sociais apresentados no diagnóstico inicial confirmam que a migração venezuelana não é um evento isolado, mas parte de um processo histórico de deslocamento forçado. Conforme apontam Cardoso et al. (2026, p. 2), "as migrações humanas fazem parte da história da humanidade desde os seus primórdios", sendo intensificadas contemporaneamente por fatores políticos e econômicos. No caso específico de Roraima, a fronteira tornou-se o palco de uma crise humanitária sem precedentes na América Latina recente.

A análise dos dados revela que a maioria dos estudantes migrantes chega ao Brasil após trajetórias marcadas pela vulnerabilidade extrema. Souza (2023, p. 22) destaca que o crescimento da migração venezuelana para o Brasil, especialmente em Roraima, "suscitou a necessidade de reflexões e ações sobre seus impactos na vida social, econômica, política, e também na educação". Essa afirmação corrobora a percepção de que a escola não pode permanecer indiferente ao contexto extraescolar dos alunos.

Um dado crucial interpretado à luz da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) é a garantia de direitos. Cardoso et al. (2026, p. 6) enfatizam que "a legislação brasileira assegura às crianças e adolescentes estrangeiros o direito ao acesso à educação em condições de igualdade com os nacionais". No entanto, a análise crítica dos dados mostra que a *de jure* (direito formal) muitas vezes esbarra na *de facto* (realidade prática). As barreiras identificadas, linguísticas, documentais e culturais, atuam como mecanismos de exclusão silenciosa.

Sassen (2023, p. 112-125, citado em Cardoso et al., 2026, p. 3) define esse fenômeno como "expulsões sistêmicas", onde a saída do país não é uma escolha livre, mas uma imposição da crise. Isso implica que o estudante migrante chega à sala de aula carregando traumas de deslocamento, perda de referências identitárias e, frequentemente, interrupção severa de sua trajetória escolar. A interpretação desse dado sob a ótica da Gestão na EPT nos leva a concluir que a escola deve funcionar como um espaço de estabilização e reconstrução de projetos de vida, e não apenas de transmissão de conteúdos técnicos.

4.2 Barreiras linguísticas e a necessidade da mediação intercultural

A análise qualitativa das dificuldades de aprendizagem relatadas pelos estudantes no TCC II aponta para a língua portuguesa como o principal obstáculo inicial, mas também como a principal porta de entrada para a integração. Souza (2023, p. 86) identifica que "o êxito da aprendizagem da Língua Portuguesa por estudantes migrantes venezuelanos está intrinsecamente relacionado à compreensão das dificuldades... e como podem ser amenizadas" através de uma interação dialógica.

Os dados mostram que os estudantes enfrentam dificuldades específicas na interpretação de textos e na compreensão de enunciados complexos, agravadas durante o período de ensino remoto. Souza (2023, p. 88) relata que a falta de interação presencial exacerbou a dificuldade, pois "ficava só falando espanhol com meus pais e familiares", impedindo a imersão natural na língua alvo. Isso revela uma lacuna nas políticas de acolhimento: a ausência de estratégias pedagógicas estruturadas para o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) dentro dos cursos técnicos.

Cardoso et al. (2026, p. 7) argumentam que "a língua, enquanto elemento central na construção da identidade e do sentimento de pertencimento, pode tornar-se um fator de exclusão quando não são adotadas estratégias adequadas de acolhimento e mediação". A interpretação deste dado à luz da teoria da interculturalidade crítica, proposta por Candau (citada em Cardoso et al., 2026, p. 8), indica que a escola deve promover o "diálogo entre culturas e o reconhecimento do outro como sujeito de direitos".

Portanto, a dificuldade linguística não deve ser vista como um déficit do aluno, mas como uma característica do contexto que exige uma resposta institucional. Como afirma Freire (1996, citado em Cardoso et al., 2026, p. 8), "ensinar exige respeito aos saberes dos educandos". No caso dos migrantes, respeitar seus saberes inclui valorizar sua língua materna (espanhol) como ponte para a aquisição do português, promovendo um bilinguismo aditivo e não subtrativo.

4.3 Xenofobia, discriminação e o papel da escola na construção da cidadania

Outro dado alarmante revelado pela análise é a persistência de práticas discriminatórias e xenófobas no ambiente escolar e no entorno das instituições. Cardoso et al. (2026, p. 9) destacam que "a xenofobia no ambiente escolar exige mais do que projetos isolados; requer uma revisão profunda da cultura organizacional da escola para que a alteridade seja um valor praticado diariamente".

A interpretação desse dado sob a perspectiva da Gestão Democrática na EPT, conforme discutido nos capítulos anteriores, revela que a gestão não pode ser neutra. Ignorar a xenofobia é compactuar com ela. A escola, enquanto espaço público, tem o dever constitucional e ético de proteger os grupos vulneráveis. Segundo Arroyo (2020, Apud Prosa, 2024, p. 25), "se pretendemos gestão da educação com justiça, comecemos por perguntar-nos se estamos em tempos de um Estado de justiça ou de produção de vítimas, injustiçados".

Os dados indicam que os estudantes migrantes muitas vezes se sentem invisibilizados ou estigmatizados. A análise crítica sugere que a EPT, por sua natureza integradora entre formação humana e preparação para o mundo do trabalho, possui um potencial único para desconstruir preconceitos. Ao colocar estudantes brasileiros e venezuelanos para trabalharem juntos em projetos técnicos, a escola promove a convivência baseada na competência e na colaboração, e não na origem nacional.

Cardoso et al. (2026, p. 10) concluem que "a educação em direitos humanos, aliada ao desenvolvimento da empatia e no acolhimento ético, constitui um eixo fundamental para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma escola comprometida com a

cidadania". Isso reforça a tese central deste relatório: a gestão da EPT para migrantes deve ser humanitária, colocando a dignidade humana acima da eficiência produtiva imediata.

4.4 A EPT como espaço de emancipação e inserção social

Por fim, a análise dos dados sobre as expectativas e sonhos dos estudantes migrantes revela que a EPT é vista por eles como a principal via de ascensão social e estabilidade. No entanto, a oferta atual de cursos nem sempre dialoga com suas realidades prévias ou com as demandas do mercado local de forma inclusiva.

Souza (2023, p. 107) sugere que a prática social e os saberes do trabalho devem ser pontos de partida no processo de formação. "Fazer a cabeça do trabalhador com o corpo todo", como parafraseado de Frigotto (1983), significa integrar o saber técnico ao saber crítico. Para o migrante, isso significa não apenas aprender uma profissão, mas entender seu lugar na nova sociedade, conhecer seus direitos trabalhistas e civis no Brasil.

A interpretação final dos dados aponta para a necessidade de uma gestão escolar intercultural e humanitária. Isso implica:

- a) Flexibilidade curricular: adaptação de metodologias para incluir o ensino de português acadêmico e técnico;
- b) formação docente continuada: preparação dos professores para lidar com a diversidade cultural e traumática;
- c) Políticas de permanência efetivas: apoio psicossocial, auxílio alimentação e moradia, reconhecendo a vulnerabilidade material desses estudantes;
- d) combate ativo à xenofobia: projetos pedagógicos que valorizem a diversidade e promovam a convivência pacífica.

Como afirmam Cardoso et al. (2026, p. 11), "a escola assume um papel central na construção da identidade... contribuindo para a construção de relações pautadas no respeito mútuo". Portanto, a EPT em Boa Vista/RR, ao acolher os migrantes venezuelanos, não está apenas cumprindo uma meta de matrícula, mas exercendo sua função histórica de democratização do conhecimento e promoção da justiça social, alinhando-se aos princípios da educação emancipatória defendidos por Freire, Saviani e pelos autores estudados neste curso de Gestão.

Logo, os dados analisados confirmam que a inclusão de migrantes venezuelanos na EPT é um processo inacabado e desafiador, que exige uma gestão sensível, crítica e comprometida com os Direitos Humanos. A escola deve deixar de ser um espaço de reprodução

de desigualdades para se tornar um território de acolhimento, pertencimento e construção de futuros possíveis para todos, independentemente de sua nacionalidade.

4.5 Articulação entre as aprendizagens do curso e o objeto da pesquisa

A trajetória formativa percorrida neste curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não se limitou à aquisição de conhecimentos técnicos sobre administração escolar; ela representou uma profunda ressignificação da minha prática pedagógica e da compreensão sobre o papel social da escola pública. Ao articular as aprendizagens construídas nas diferentes unidades temáticas dos três módulos do curso com o objeto de pesquisa desenvolvido no TCC II, foi possível ampliar significativamente a compreensão das dimensões da docência, do processo de ensino-aprendizagem e da gestão democrática necessária para enfrentar a complexidade da migração venezuelana em Roraima.

Durante o estudo das Unidades Temáticas relacionadas às Políticas Públicas e Legislação para a EPT e ao Trabalho-Educação, compreendi que a educação não é neutra e que a legislação educacional, embora garanta o direito universal à educação, exige uma gestão ativa para efetivar esse direito aos sujeitos em situação de vulnerabilidade. As discussões sobre a Constituição Federal de 1988, a LDBEN e a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), aliadas aos conceitos de trabalho como princípio educativo, permitiram-me enxergar o estudante migrante não como um "problema" a ser resolvido pela escola, mas como um sujeito de direitos cuja presença desafia a instituição a cumprir sua função social emancipatória. Essa mudança de olhar foi crucial para responder à questão norteadora do meu trabalho, que investiga como a EPT pode ser intercultural e inclusiva nesse contexto fronteiriço.

Nas disciplinas de Gestão Educacional e Democracia e Gestão Democrática na EPT, as aprendizagens sobre a distinção entre uma gestão meramente administrativa/burocrática e uma gestão democrática/participativa foram fundamentais. Compreendi, à luz de autores como Vitor Paro, Heloísa Lück e Gabriel Grabowski, que a gestão da EPT deve ser entendida como mediação para a formação humana integral. Isso impactou diretamente minha análise no TCC II, pois percebi que a simples matrícula do aluno migrante não garante sua permanência e êxito. É necessário uma gestão que promova a participação, a escuta ativa e a construção coletiva de estratégias de acolhimento, rompendo com práticas excludentes ou assistencialistas. A gestão democrática, portanto, revelou-se como ferramenta essencial para garantir que a diversidade cultural dos venezuelanos seja valorizada como riqueza pedagógica, e não como obstáculo.

Além disso, as reflexões desenvolvidas nas unidades de Planejamento Educacional e Avaliação Institucional e Gestão para a Permanência e Êxito contribuíram para a elaboração de

respostas concretas aos desafios identificados na pesquisa. Aprendi que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) não são documentos burocráticos, mas instrumentos vivos de planejamento que devem contemplar a realidade local. No contexto da minha pesquisa, isso significa que a escola em Boa Vista precisa revisar seus planejamentos para incluir ações de ensino de português como língua de acolhimento, formação continuada de professores para a interculturalidade e políticas de assistência estudantil específicas para migrantes. As aprendizagens sobre avaliação institucional também me permitiram compreender a importância de monitorar não apenas o rendimento acadêmico, mas também os fatores sociais que levam à evasão desses estudantes.

Por fim, a disciplina de Gestão da Escola de EPT Integral e Integrada reforçou a necessidade de uma visão omnilateral da formação. Ao integrar os saberes da gestão com os fundamentos da EPT, pude construir uma resposta mais robusta à problemática investigada: a EPT em contextos de fronteira exige uma gestão que articule ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, promovendo a cidadania global e o respeito à diversidade. As experiências vivenciadas ao longo do curso me forneceram o arcabouço teórico e prático para propor que a gestão escolar seja um espaço de resistência e transformação, onde a interculturalidade não é apenas um conceito, mas uma prática cotidiana de reconhecimento do outro.

As aprendizagens construídas ao longo deste curso de especialização foram determinantes para elevar a qualidade da minha pesquisa e da minha atuação profissional. Elas permitiram transitar de uma visão fragmentada da educação migrante para uma compreensão sistêmica, onde a gestão democrática, o planejamento estratégico e a avaliação formativa são ferramentas indispensáveis para garantir que a EPT cumpra seu papel de promover a emancipação humana, inclusive, e especialmente, daqueles que atravessam fronteiras em busca de dignidade e futuro.

A seguir, a Tabela 1 apresenta uma síntese analítica que articula os objetivos específicos delineados nesta pesquisa com os referenciais teóricos mobilizados, a metodologia empregada e as interpretações decorrentes da análise dos dados. Esta estrutura visa demonstrar a coerência interna do estudo, evidenciando como a fundamentação teórica crítica e a abordagem metodológica qualitativa permitiram compreender a complexidade da inclusão de estudantes migrantes venezuelanos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em Boa Vista/RR, superando visões assistencialistas ou meramente técnicas.

TABELA 1: Síntese analítica da articulação entre as aprendizagens do curso e o objeto da pesquisa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS ALCANÇADOS	REFERENCIAIS TEÓRICOS MOBILIZADOS	METODOLOGIA UTILIZADA	INTERPRETAÇÃO OBTIDA COM OS DADOS ESTUDADOS
1. Sistematizar os fundamentos da EPT emancipadora e da politécnica que sustentam abordagens interculturais voltadas a populações migrantes.	Dermeval Saviani (2009, 20011): Trabalho como princípio educativo e formação omnilateral. Gaudêncio Frigotto (1989, 2001): EPT como direito social e formação humana integral. Paulo Freire (1996): Diálogo e educação como prática da liberdade. Acácia Kuenzer (2007): Pedagogia do trabalho e currículo integrado.	Pesquisa bibliográfica: Levantamento sistemático em bases acadêmicas (SciELO, CAPES) e legislação educacional: estudo da LDBEN, Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e documentos orientadores da Rede Federal de EPT.	A EPT não pode ser reduzida à qualificação técnica rápida; ela deve assumir seu papel político de garantir o acesso ao conhecimento sistematizado aos grupos subalternos. A "politécnica" surge não como ensino de várias técnicas, mas como domínio dos fundamentos científicos das técnicas, permitindo ao migrante compreender a totalidade do processo produtivo e social, rompendo com a alienação e a subalternidade impostas pela condição migratória.
2. Analisar, na literatura especializada, os conceitos de mediação humanizada e currículo flexível como respostas pedagógicas a contextos de exclusão digital e linguística.	Vera Maria Candau (2008): Interculturalidade crítica e direitos humanos. Maricelia Souza (2023): Dialogicidade e aprendizagem dialógica no contexto migratório. Milton Santos (2000): Território como espaço de relações e existência. Conceito de "Expulsões Sistêmicas" (Saskia Sassen): Para entender a migração forçada.	Revisão integrativa da literatura: foco em estudos recentes sobre migração venezuelana em Roraima e pedagogias de acolhimento. Análise de conteúdo: Categorização de temas como "barreiras linguísticas", "exclusão digital" e "acolhimento institucional".	A "flexibilidade curricular" não deve significar empobrecimento de conteúdo, mas adaptação metodológica para garantir o acesso ao conhecimento diante de barreiras linguísticas e digitais. A mediação humanizada exige reconhecer o estudante migrante como sujeito de saberes, utilizando a língua materna como ponte e não como obstáculo, e promovendo um currículo que dialogue com sua realidade territorial e histórica, evitando a assimilação cultural forçada.
3. Identificar estratégias pedagógicas offline (impressas, cooperativas e bilíngues) propostas na bibliografia para garantir acesso, permanência e significação do aprendizado na EPT para migrantes.	Pedagogia Histórico-Crítica: Importância do conteúdo clássico e sistematizado. Teoria da aprendizagem dialógica: Valorização da interação e do argumento racional. Estudos sobre ensino híbrido e recursos didáticos adaptados: foco em materiais de baixo custo e alta eficácia pedagógica.	Mapeamento de boas práticas: identificação, na literatura, de experiências exitosas de uso de materiais impressos, dicionários visuais, glossários bilíngues e trabalhos em grupo cooperativos. Síntese qualitativa: agrupamento das estratégias por eixo de atuação (linguístico, social, cognitivo).	Estratégias <i>offline</i> são vitais em contextos de vulnerabilidade digital. Materiais impressos bem estruturados, glossários visuais bilíngues e dinâmicas cooperativas permitem a construção coletiva do conhecimento, reduzindo a ansiedade linguística e promovendo a integração entre estudantes brasileiros e venezuelanos. A permanência é garantida não apenas por auxílios financeiros, mas pelo pertencimento gerado por uma prática pedagógica que valoriza a identidade e a capacidade de aprender do estudante migrante.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Portanto, a articulação entre os objetivos, a teoria e a metodologia revelaram que a inclusão efetiva de migrantes venezuelanos na EPT depende de uma ruptura com modelos pedagógicos tecnicistas e excludentes. Os dados interpretados à luz dos referenciais críticos indicam que a gestão escolar e a prática docente devem assumir uma postura intencionalmente política e acolhedora, onde a flexibilidade curricular e as estratégias pedagógicas adaptadas (incluindo as *offline*) funcionam como ferramentas de justiça epistêmica e social. Assim, a EPT cumpre sua função emancipatória ao garantir que o direito à educação seja exercido em sua plenitude, considerando as especificidades linguísticas, culturais e materiais dessa população em situação de vulnerabilidade.

5. Conclusão

Com base no desenvolvimento teórico e analítico apresentado ao longo deste Relatório de Formação, conclui-se que a pesquisa bibliográfica realizada permitiu alcançar os objetivos propostos, oferecendo uma compreensão crítica e fundamentada sobre a necessidade de reconfigurar as práticas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para atender à população migrante venezuelana em Boa Vista/RR.

Em relação ao primeiro objetivo específico, que visava sistematizar os fundamentos da EPT emancipadora e da politécnica, constatou-se que a literatura especializada, articulada aos conceitos de trabalho como princípio educativo (Saviani, Frigotto) e escola unitária (Gramsci), oferece bases sólidas para superar a dualidade estrutural entre educação propedêutica e profissional. A análise revelou que a politécnica não se resume ao ensino de múltiplas técnicas, mas constitui uma base científica que permite ao estudante compreender a totalidade dos processos produtivos, sendo essencial para formar sujeitos críticos e autônomos, e não apenas mão de obra adaptável às demandas imediatistas do mercado.

Quanto ao segundo objetivo, focado na mediação humanizada e no currículo flexível, a pesquisa evidenciou que a rigidez curricular e a dependência exclusiva de recursos digitais constituem barreiras significativas para estudantes em situação de vulnerabilidade social e migratória. A revisão da literatura demonstrou que a flexibilidade curricular, quando entendida como adaptação pedagógica sensível às trajetórias de vida dos estudantes, e a mediação humanizada, baseada no diálogo e no respeito à alteridade (Freire, Candau), são respostas pedagógicas eficazes para garantir o acesso e a permanência, especialmente em contextos de exclusão digital e barreiras linguísticas.

No que tange ao terceiro objetivo, identificado estratégias pedagógicas *offline* (impressas, cooperativas e bilíngues) como alternativas viáveis e necessárias. A análise

bibliográfica indicou que materiais didáticos impressos bem estruturados, atividades cooperativas que valorizam a troca de saberes entre pares e abordagens bilíngues ou de acolhimento linguístico são ferramentas poderosas para assegurar a significação do aprendizado, operando mesmo na ausência de conectividade e promovendo a inclusão ativa dos estudantes migrantes.

As contribuições desta pesquisa residem, principalmente, na sistematização teórica de propostas pedagógicas contextualizadas para a realidade fronteiriça de Roraima. Ao articular a gestão democrática da EPT com a perspectiva intercultural, o estudo oferece subsídios para que gestores e docentes repensem suas práticas, deslocando o foco de uma educação tecnicista e excludente para uma formação humana integral que reconhece o estudante migrante como sujeito de direitos e produtor de conhecimentos. A pesquisa contribui, ainda, para a desconstrução de preconceitos e para a valorização da diversidade cultural como elemento enriquecedor do processo educativo.

Por fim, esta investigação abre novas perspectivas de estudos, uma vez que se limitou à análise bibliográfica. Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos de campo empíricos que avaliem a aplicação prática das estratégias *offline* e dos currículos flexíveis nas salas de aula de Boa Vista. Além disso, faz-se necessária a investigação sobre o impacto dessas metodologias nos índices de evasão e no desempenho acadêmico dos estudantes venezuelanos, bem como estudos que analisem a formação continuada de docentes para a interculturalidade na EPT. Dessa forma, espera-se que este relatório sirva como ponto de partida para ações concretas de transformação da realidade educacional, alinhadas aos princípios de justiça social, equidade e emancipação humana.

6. Plano de ação

PLANO DE AÇÃO: EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA E INTERCULTURAL NA EPT

Identificação da Proposta

Título da Intervenção: Programa de Acolhimento Intercultural e Flexibilização Curricular para Estudantes Migrantes (PAIC-Flex).

Público-Alvo: Estudantes migrantes venezuelanos matriculados nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e subsequente, além de docentes e equipe pedagógica da instituição.

Local de Execução: Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Boa Vista/RR.

Duração Estimada: 12 meses (ciclo letivo completo), com possibilidade de continuidade.

Justificativa da intervenção

A pesquisa evidenciou que a exclusão digital, as barreiras linguísticas e a rigidez curricular são fatores determinantes para a evasão e o insucesso escolar de estudantes migrantes. A legislação brasileira (Lei de Migração nº 13.445/2017 e LDBEN) garante o direito à educação sem discriminação, mas a prática cotidiana ainda carece de estratégias pedagógicas concretas que reconheçam a diversidade cultural e linguística como potencial formativo, e não como déficit. Este plano de ação propõe superar a lógica assistencialista ou meramente adaptativa, avançando para uma perspectiva de educação humanitária e emancipatória, onde a interculturalidade é princípio educativo e o currículo é flexibilizado para garantir a permanência com êxito.

Objetivos Específicos do Plano

- a) Implementar estratégias de ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) integradas às disciplinas técnicas;
- b) promover a formação continuada de docentes em interculturalidade crítica e práticas pedagógicas inclusivas *offline*;
- c) criar materiais didáticos bilíngues e recursos impressos acessíveis para mitigar a exclusão digital;
- d) estabelecer espaços de diálogo intercultural entre estudantes brasileiros e migrantes para combate à xenofobia e promoção do pertencimento.

Matriz do Plano de Ação

Etapa	Ação / Atividade	Responsáveis	Prazo	Recursos Necessários	Indicadores de Avaliação
1. Diagnóstico e Sensibilização	1.1. Mapeamento Sociolinguístico: Aplicação de questionário inicial para identificar o nível de proficiência em português, acesso à internet e necessidades específicas dos estudantes migrantes.	Coordenação Pedagógica e Docentes	1º Mês	Questionários impressos e digitais; Planilhas de registro.	Percentual de estudantes mapeados; Perfil sociolinguístico traçado.
	1.2. Formação Docente "Olhar Intercultural": Workshop inicial sobre migração, direitos humanos e preconceito, utilizando estudos de caso locais.	Núcleo de Estudos Étnico-Raciais / Coordenação de Curso	1º Mês	Auditório; Material bibliográfico (artigos, leis); Coffee break.	Número de docentes participantes; Avaliação qualitativa da percepção inicial.
2. Adaptação Curricular e Materiais	2.1. Criação de Glossários Técnicos Bilingües: Elaboração colaborativa (docentes + alunos monitores) de glossários termo-a-termo das áreas técnicas específicas.	Docentes das Áreas Técnicas e Estudantes Monitores	2º ao 4º Mês	Computadores; Impressora; Papel; Software de edição simples.	Produção de 1 glossário por área técnica; Distribuição aos estudantes.
	2.2. Desenvolvimento de Kits Pedagógicos <i>Offline</i> : Montagem de kits com atividades impressas, esquemas visuais e roteiros de estudo autônomo para alunos sem acesso à internet.	Equipe Pedagógica e Biblioteca	2º ao 4º Mês	Verba de custeio para impressão e encadernação; Espaço físico para armazenamento.	Número de kits distribuídos; Relato de uso pelos estudantes.
3. Práticas Pedagógicas Interculturais	3.1. Rodas de Conversa "Fronteiras que Educam": Encontros mensais mediados por professores para troca de saberes, culturas e experiências de vida entre brasileiros e migrantes.	Docentes e Grêmios Estudantil	Mensalmente (durante todo o ano)	Sala de aula ou espaço comum; Lanche compartilhado.	Frequência dos participantes; Registro fotográfico e narrativo das rodas.
	3.2. Avaliação Formativa Dialógica: Substituição parcial de provas tradicionais por portfólios reflexivos e autoavaliação, permitindo que o estudante demonstre aprendizado através de múltiplas linguagens (oral, visual, escrita).	Docentes das Disciplinas	Contínuo (semestral)	Rubricas de avaliação formativa; Portfólios físicos ou digitais.	Redução nas taxas de reprovação; Melhoria na participação oral.
4. Monitoramento e Institucionalização	4.1. Comissão de Permanência e Êxito Migrante: Criação de um grupo de trabalho específico para	Gestão Acadêmica, Assistência Estudantil	5º Mês em diante	Sala de reuniões; Protocolos de atendimento.	Número de casos atendidos; Taxa de retenção dos estudantes

	acompanhar casos de risco de evasão entre migrantes, articulando com assistência social.	e Psicologia			acompanhados.
	4.2. Sistematização das Experiências: Publicação de um relatório final com as boas práticas identificadas para servir de modelo para outros cursos/campi.	Coordenação do Projeto	12º Mês	Editoração gráfica; Plataforma digital da instituição.	Documento publicado; Disseminação interna e externa.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Fundamentação teórica das ações

As ações propostas neste plano estão alinhadas aos pressupostos teóricos trabalhados neste Relatório de Formação:

a) Interculturalidade crítica (Candau, 2008): as rodas de conversa e a formação docente não buscam apenas "tolerar" a diferença, mas promover o diálogo horizontal e a desconstrução de hierarquias culturais, reconhecendo o saber do migrante como válido.

b) Trabalho como princípio educativo e politecnia (Saviani, 2009, 2011; Frigotto, 2001, 2012): os glossários técnicos bilíngues integram o saber fazer (técnica) ao saber pensar (língua/ciência), garantindo que a barreira linguística não impeça o acesso ao conhecimento técnico-científico.

c) Inclusão digital e offline (Kenski, 2012): a criação de kits *offline* responde à realidade material de vulnerabilidade dos estudantes, garantindo equidade no acesso ao conteúdo quando a tecnologia digital não está disponível, democratizando o conhecimento.

d) Gestão democrática e humanitária: a criação da comissão específica e o mapeamento inicial refletem uma gestão que escuta o sujeito, saindo da burocracia fria para uma gestão humanizada que acolhe a trajetória de vida do estudante.

Considerações finais sobre a intervenção

Este Plano de Ação não se esgota em si mesmo, mas constitui um ponto de partida para a transformação da cultura institucional. Espera-se que, ao final da execução, a instituição não apenas tenha reduzido seus índices de evasão entre migrantes, mas tenha desenvolvido uma competência institucional permanente de acolhimento intercultural. A intervenção proposta valida a hipótese de que a EPT pode ser um território de emancipação para migrantes, desde que a gestão pedagógica seja flexível, sensível e comprometida com a justiça social, transformando a escola em um espaço efetivo de cidadania global e pertencimento.

7. Referências

- ACNUR. **Relatório de Situação: Migração Venezuelana em Roraima**. Boa Vista: ACNUR Brasil, 2024.
- ALVES, Rosilda Maria. **Práticas Gestionárias de Diretores na Educação Profissional: entre o gerencialismo e a gestão democrática**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- AMARAL, Cláudia. A pertença profissional na gestão educacional. In: AMARAL, C. et al. (Org.). **Gestão da Educação Profissional e Tecnológica**. Curitiba: IFPR, 2016. p. 110-125.
- ARROYO, Miguel G. Gestão da educação: espaço de direitos? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Recife, v. 36, n. 3, p. 769-787, set./dez. 2020.
- BARBOUR, Rosaline. **Pesquisa com grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração e altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13445.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- CARDOSO, Luís Miguel Oliveira de Barros; TOCHETTO, Dianete; CARVALHO, Maira Cristina Reos; SOUZA, Silvana Gonçalves de. Educação, inclusão e diversidade na escola: os desafios da nacionalidade e da cultura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 12, n. 2, fev. 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i2.23970.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre afirmações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática e a Educação Profissional e Tecnológica a partir dos pressupostos freireanos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Recife, v. 30, n. 2, p. 493-510, maio/ago. 2014.
- DEMO, Pedro. **Qualidade formal e política da educação**. São Paulo: Cortez, 1995.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre estrutura econômico-social capitalista e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. Perspectiva, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação humana integral e educação politécnica. In: FRIGOTTO,

Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 265-280.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRABOWSKI, Gabriel. Gestão da Educação Profissional e Tecnológica. In: GRABOWSKI, G. (Org.). **Fundamentos da Gestão na EPT**. Florianópolis: UFSC, 2014.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia do trabalho: formação, trabalho e conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: um novo olhar, um novo desafio**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. São Paulo: Cortez, 2016.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Dialética das Disputas: trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora?** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, e37056, 2023.

PROSA. **Material didático do curso de Pós-Graduação em Gestão na EPT**. 1º Núcleo. Florianópolis: UFSC/Prosa, 2024.

RITZEL, Priscila. **Gestão da/na Educação Profissional e Tecnológica: reflexões sobre o trabalho do diretor geral**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, Saskia. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, Maricelia Soares de. **Dialogicidade e interculturalidade**: caminhos possíveis para a superação das dificuldades de aprendizagem de alunos migrantes venezuelanos surgidas na pandemia. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 2012.

ETAPA	AÇÃO PRINCIPAL	RESPONSÁVEIS
1. Diagnóstico	Mapeamento Sociolinguístico e Formação Docente	Coordenação e Núcleo Étnico-Racial
2. Adaptação	Glossários Técnicos Bilíngues e Kits Offline	Docentes e Biblioteca
3. Práticas	Rodas de Conversa "Fronteiras que Educam" e Avaliação Dialógica	Docentes e Grêmio
4. Monitoramento	Comissão de Permanência e Êxito Migrante	Gestão e Assistência Estudantil